

# A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E MIDIÁTICA (COINFO) E A AGENDA 2030 COMO INSTRUMENTOS DE FORMULAÇÃO DE INDICADORES SOCIECONÔMICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

INFORMATION AND MEDIA COMPETENCE (COINFO) AND THE 2030 AGENDA AS  
INSTRUMENTS FOR FORMULATING SOCIECONOMIC INDICATORS AND PUBLIC  
POLICIES

**Fernando Jorge de Castro Ramos**

Mestre em Mídia e Tecnologia; Universidade Estadual Paulista (discente), Bauru, SP, Brasil; [fernando.jc.ramos@unesp.br](mailto:fernando.jc.ramos@unesp.br)  
OrcID: 0000-0003-2585-2253

**Maria Lucia de Azevedo**

Mestre em Mídia e Tecnologia; Universidade Estadual Paulista (discente), Bauru, SP, Brasil; [maluazevedobru@hotmail.com](mailto:maluazevedobru@hotmail.com)  
OrcID: 0000-0002-9723-6524

**Regina Célia Baptista Belluzzo**

Doutora em Ciências da Comunicação; Universidade Estadual Paulista (docente), Bauru, SP, Brasil; [rbelluzzo@gmail.com](mailto:rbelluzzo@gmail.com)  
OrcID: 0000-0001-9514-2930

**João Pedro Albino**

Doutor em Administração; Universidade Estadual Paulista (Professor Associado), Bauru, SP, Brasil; [jp.albino@unesp.br](mailto:jp.albino@unesp.br)  
OrcID: 0000-0001-5965-1869

**Resumo:** Ao elaborar políticas públicas com a finalidade de atender as demandas sociais, o gestor público necessita estar amparado em informações fidedignas, estruturadas, consolidadas e contextualizadas. Para tanto, o presente artigo procura conceituar políticas públicas e a geração de indicadores socioeconômicos e inter-relacionar tais conceitos à área de estudo da Competência em Informação e Midiática, bem como sob a perspectiva da Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para tanto, utilizou-se pesquisa qualitativa bibliográfica e de natureza exploratória e descritiva. A importância do desenvolvimento de competências, sobretudo a competência midiática, na era da transformação digital, torna-se um imperativo para o correto manejo e uso das informações, e para que se alcance os objetivos almejados em prol da sociedade.

**Palavras-chave:** competência, informação, midiática, agenda 2030, políticas públicas.

**Abstract:** When developing public policies to meet social demands, the public administrator needs to be supported by reliable, structured, consolidated and contextualized information. Therefore, this article tries to conceptualize public policies and the generation of socioeconomic indicators and interact these concepts with the area of study of Information and Media Competence, as well as from the perspective of the 2030 Agenda and the 17 Sustainable Development Goals. For this, it was used qualitative bibliographic research and exploratory and descriptive nature. The importance of skill development, especially media

competence, in the era of digital transformation, becomes essential for the correct management and use of information, and to achieve the desired objectives for society.

**Keywords:** competition, information, media, 2030 agenda, public policies.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir da ótica do conceito da Competência em Informação e Midiática (Coinfo), busca-se refletir e tratar de aspectos que envolvem a concepção e o desenvolvimento de políticas públicas, pelo poder público, em prol do amplo conjunto da sociedade.

Para tanto, parte-se do princípio que qualquer ação ou projeto precisa ter sua necessidade evidenciada e devidamente reconhecida, para que se justifique de forma clara e transparente a aplicação de investimentos. E esta visão se dá quando se cria uma tratativa sistemática que envolve desde a formatação de metodologias de coleta de informações, de validação, e de consolidação de forma estruturada, que possibilite ao gestor público ter em mão o conjunto de ferramentas e informações adequadas para a tomada de decisão. É necessário destacar que as decisões na esfera pública quase sempre são de ampla repercussão e de forte impacto na sociedade. Daí a necessidade de estarem amparadas não apenas em fontes fidedignas, mas também na correta interpretação das informações.

É neste contexto que a Coinfo se apresenta como importante conceito a ser adquirido, pois, como bem define Dudziak (2016), o caminho mais efetivo para a compreensão de um tema, conceito, prática ou política é conhecer seus antecedentes e o contexto em que emergiram e se desenvolveram. Acima de tudo, observa-se a interconexão entre problemas, políticas públicas e a política.

Para este fim, também surge como importante referencial a plataforma Agenda 2030, elaborada dentro da Organização das Nações Unidas (ONU) e referendada pelos seus países membros. Contempla, em seu bojo, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentro dos ODS estão distribuídas 169 metas que, uma vez cumpridas, trarão importantes benefícios aos cidadãos e as sociedades onde estão inseridos. São objetivos e metas claras, para que todos os países adotem de acordo com suas próprias prioridades e atuem no espírito de uma parceria global que orienta as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas, agora e no futuro (PLATAFORMA AGENDA 2030; ONU, 2015).

Assim, abordando os temas que envolvem políticas públicas e desenvolvimento de indicadores, sob o enfoque da Competência em Informação e Midiática (Coinfo), espera-se

contribuir para a reflexão permanente sobre a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, além de, forma mais específica, pontuar algumas das bases da formulação de indicadores e políticas públicas, sob a ótica da competência em informação e midiática, com o objetivo de buscar compreensão para as seguintes questões, entre outras possíveis:

- a) Quais os insumos necessários para compor indicadores socioeconômicos (estrutura física; recursos humanos; investimentos; logística, e etc.)?
- b) Como se estrutura um conjunto de indicadores socioeconômicos que seja passível de aplicação a qualquer tempo e para qualquer segmento da sociedade?
- c) Por que é necessária a aplicação de indicadores socioeconômicos sob a ótica da competência em informação e midiática e quais são as vantagens para o poder público e sua cidadania?

Para a construção deste artigo foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, exploratória e descritiva, com apoio em Lakatos e Marconi (2010), que consideraram a pesquisa bibliográfica como aquela que busca informações em fontes existentes, ou seja, em toda a literatura já tornada pública em relação aos temas em estudo, desde publicações avulsas, revistas, livros, monografias, teses, bases de dados etc. Assim, oferece-se um panorama seletivo e pertinente que permite a melhor compreensão dos temas em foco.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

A elaboração de políticas de alcance social por agentes públicos pressupõe o conhecimento ou reconhecimento sobre o meio onde elas serão efetivamente aplicadas, contemplando espaço (*locus*), os estratos sociais a serem alcançados e as ferramentas de aplicação para este fim. Neste sentido, a formatação de um conjunto de dados estruturados, e que resultem em processos cognitivos claros para a definição de indicadores que nortearão as estratégias de atuação e ações decisórias surgem a partir da construção deste conhecimento. Souza (2006) afirma que a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os

governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações, que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Nesse sentido, a possibilidade de monitoramento de ações desenvolvidas no âmbito público deve significar a promoção de uma aproximação com a realidade social, utilizando-se de competências em construção e análise de indicadores.

Segundo o guia “Indicadores - Orientações Básicas Aplicadas à Gestão Pública” (BRASIL, 2012), o monitoramento de uma atividade que diz respeito ao processo de implementação, execução e gestão das ações de governo, necessita ser prática, de natureza contínua, cumulativa e coletiva para viabilizar-se como atividade que agrega valor ao campo de compreensão das políticas públicas, respeitadas suas dinâmicas e especificidades.

Ainda neste mesmo documento, tais elementos apontam o monitoramento como atividade regular de Estado, capaz de produzir: i) conhecimentos densos e aprofundados das realidades, com ênfase às dimensões estratégicas e críticas da implementação e gestão cotidianas das políticas públicas, e ii) informações harmonizadas e indicadores úteis ao gerenciamento tempestivo das ações de governo, este o sonho e a meta de toda e qualquer estratégia ou sistema de monitoramento já pensado ou implementado.

Observa-se, assim, a importância do tratamento adequado de informações de ordem socioeconômica para melhor concepção de ações e formatação de políticas públicas, bem como o acompanhamento contínuo de sua efetividade.

A produção e avaliação de indicadores resulta diretamente da qualidade do manejo da informação, assim como dos métodos de coleta e armazenamento de dados.

Nesta perspectiva, a presença das tecnologias e das mídias nas organizações e na sociedade é hoje tão importante, que é impossível ignorá-la. As demandas do século XXI e as potencialidades da competência em informação e midiática para a geração de oportunidade de crescimento, contribui para que o indivíduo obtenha novos conhecimentos e as comunidades possam estar inseridas no desenvolvimento local, regional e global.

## 2.1 A Competência em Informação e Midiática

Segundo Dudziak (2003), a competência em informação (Coinfo) pode ser definida “como o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”. A autora coloca ainda como principais componentes que sustentam o conceito da competência em informação “o processo investigativo, o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender; o aprendizado ao longo da vida”.

Pode-se dizer que, a partir dos anos 1990, em escala mundial, o movimento da CoInfo ganha popularidade e se consolida nos países desenvolvidos relacionado às habilidades para acessar, usar e avaliar a informação (CUEVAS-CERVERÓ, 2005 apud CAMPELLO, 2003) e, mesmo suscitando debates de origem semântica sobre como denominar essa área, todos buscam um propósito comum – proporcionar às pessoas novas habilidades, conhecimentos e atitudes que facilitem a leitura e a escrita de uma linguagem cada vez mais complexa e que permitam uma integração social plena.

Outra conceituação de interesse é oferecida por Valentim, Jorge e Ceretta-Soria (2016, p.2; 9) ao afirmarem que:

Potencializar as competências dos sujeitos sociais, tornando-os competentes em informação, é a principal função da COINFO. A sociedade contemporânea tem reconhecido a importância da competência em informação, principalmente nos países em que a exclusão social é significativa, uma vez que desenvolve ações que possibilitam aos indivíduos desenvolver a capacidade de reconhecer uma necessidade informacional, ter a capacidade de identificar e localizar uma informação, bem como avaliar e usar efetivamente essa informação [...] Considera-se que a COINFO possui uma função social importante para qualquer tipo de sociedade, bem como para qualquer tipo de organização [...].

Entretanto, é aconselhável considerar a CoInfo em um contexto maior de práticas de informação em geral, uma vez que ela envolve basicamente tais práticas, sendo que estas, por sua vez, acham-se social e culturalmente situadas, mediadas e construídas com outras pessoas em seus meios sociais e culturais, assumindo formas muito diferentes, dependendo do contexto. Além disso, à medida que procuramos desenvolver habilidades de CoInfo nas pessoas, precisamos lembrar que a busca de informações é um processo dinâmico - as necessidades de informação podem surgir ou se dissipar rapidamente, e a "necessidade" é mutável. Não devemos assumir modelos simples e lineares de busca de informação (CASE, 2012; COLE, 2012).

Assim, na era da transformação digital, a presença das tecnologias e das mídias nas organizações e na sociedade é hoje tão importante, que é impossível ignorá-la. As demandas do século XXI e as potencialidades da competência em informação e também da competência midiática para a geração de oportunidade de crescimento, contribui para que o indivíduo obtenha novos conhecimentos e as comunidades possam estar inseridas no desenvolvimento local, regional e global.

Santos (2009) diz que “o computador, produto do tempo real criado no laboratório, ao mesmo tempo produz o tempo real das instituições e empresas multinacionais”, sendo o tempo um fator essencial para gestão da informação. Castells (2015), diz que a informação baseada na microeletrônica e nas tecnologias de comunicação possibilita a combinação de todas as formas possíveis de comunicação de massa em um hipertexto digital, global, multimodal e multicanal. Belluzzo (2007) afirma que “em um cenário exposto, em face da mudança do físico para o virtual e da importância crescentes das interações baseadas no digital, é necessário refletir sobre quais as competências que importam desenvolver neste século XXI, tanto para os profissionais da informação e da comunicação, como para os usuários dos serviços de informação e comunicação ou congêneres”. Ainda segundo esta autora, “saber navegar na internet, buscando novas fontes de conhecimento, é uma habilidade fundamental, uma vez que temos de estar em constante aprendizagem, sob o risco de perdermos os avanços da tecnologia”.

Para Hunt (1980), a revolução tecnológica envolve um processo de transformação estrutural das sociedades avançadas, vinculando-o à globalização econômica na produtividade e o crescimento econômico e cultural, além da habilidade de gerar conhecimento e processar informação, uma vez que a geração de riquezas e de poder se estruturam socialmente sob o controle do conhecimento e da informação. Além disso, a disseminação e intensiva utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) trouxeram novos desafios, delineando novas rotinas e relacionamentos nos consumidores e produtores de informação. Assim, há necessidade de ser competente também no uso das mídias - da competência midiática. Tecnologias como as redes sem fio, banda larga, e mesmo a banda larga transmitida via energia elétrica, potencializaram a capacidade de penetração e interiorização do desenvolvimento a partir das TIC, constituindo um ambiente propício ao acesso à informação, ao conhecimento e ao aprendizado, condições que impactam o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Convém destacar que no fenômeno da comunicação

mediática atual, a linguagem, por exemplo, não pode ser entendida sem a tecnologia. Para Henry Jenkins (2008), um dos pensadores dedicados à análise das implicações sociais e educacionais do novo ambiente da comunicação, as *new media literacies* deveriam incluir as tradicionais. Nesse novo ambiente coexistem o velho e novo. Por um lado, houve significativa expansão das possibilidades de qualquer cidadão fazer chegar sua mensagem, pessoal ou coletiva, ao resto da sociedade, ainda que, paralelamente, o poder midiático tenha alcançado níveis de concentração e acumulação nunca antes observados. Além disso, o poder da mídia se beneficia da transparência que caracteriza os novos sistemas de representação, causando confusão entre representação e realidade. A competência midiática confronta, portanto, essa complexidade, combinando o potencial oferecido pela cultura participativa com o desenvolvimento da capacidade crítica (FERRÉS; PISCITELLI, 2015).

O comportamento informacional – como parte do comportamento humano – diz respeito às decisões e ações que as pessoas empreendem quando procuram, trocam e usam a informação. Comportamentos são, por natureza, mutantes e diferem grandemente por região e cultura, além, é claro de serem individuais em sua essência, dificultando a aferição das competências a eles inerentes. No entanto, entender os padrões comportamentais frente à informação e à comunicação é indispensável para a conformação de políticas públicas, daí a importância dos preceitos da competência em informação para a construção dos indicadores socioeconômicos para o desenvolvimento e a sustentabilidade da sociedade contemporânea.

Nesse aspecto, para Silva, Ottonicar e Yafushi (2017), o acesso à informação governamental é apenas o primeiro passo para tornar as pessoas cidadãs, já que corrobora com o desenvolvimento da democracia ao permitir que a população saiba como interpretar e se apropriar das informações para construir conhecimento. As autoras defendem, ainda, que o processo de uso da informação se equipara à execução da cidadania, uma vez que qualifica o indivíduo para lidar com diferentes informações transmitidas pelas mídias nas diversas esferas: social, política e profissional.

Segundo Casarin (2017, p. 305): a competência midiática "[...] abrange uma série de competências relacionadas à comunicação, incluindo a capacidade de acessar, analisar, avaliar e comunicar informações de maneiras variadas". Nesse sentido, a competência midiática possui elementos em seus conceitos que são semelhantes às definições de competência em informação, porém, envolve tanto o uso das tecnologias quanto das mídias. Sendo assim, ambas as competências se complementam e são fundamentais para o exercício da cidadania, o



que implica na criação e consecução de melhores e mais adequadas políticas públicas.

Em síntese, a partir da contribuição de Silva; Ottonicar e Yafushi,(2017) pode-se dizer que:

- a) A Competência midiática surge de maneira integrada à Competência em Informação, à medida que capacita os indivíduos para exercer o uso efetivo das TIC e das mídias, proporcionando compreensão consolidada e crítica de dados e informações; atribuindo aos indivíduos a devida responsabilidade pela produção e disseminação de informações, objetivando criar conhecimento ao receptor final (leitor/ouvinte/usuário); a comunicação ética e verídica pelos diversos meios tecnológicos e midiáticos, são responsáveis pela mudança de pensamento, posicionamento e desenvolvimento da consciência do cidadão;
- b) Competência em Informação e a Competência Midiática surgem como aspecto avassalador na transformação e construção de uma cidadania mais democrática e participativa, gerando no cidadão o poder de tomar decisões em fatos reais, fazer uma análise inteligente e racional, torna o indivíduo apto para relacionar os prós e os contra das situações e informações que acessam, usam, compartilham e descartam; propiciando o desenvolvimento e crescimento desses, enquanto profissionais, contribuintes, eleitores, cidadãos, emissores e receptores de informações;
- c) Competência em Informação e a Midiática transformam uma sociedade, uma cidade, um estado e um país, quando esse mesmo país proporciona o ambiente e os instrumentos adequados para essa equidade educacional, econômica, social, política e cultural, ele está também promovendo a sua ascensão financeira e governamental. Dispor de dados e informações valiosas para inovação, pesquisa, agilidade, qualidade, construção de conhecimento, maior performance, melhorias contínuas e crescimento produtivo

## **2.2 A Agenda 2030**

Outro importante referencial para a tratativa e cumprimento dos objetivos inerentes ao poder público, em suas diversas esferas e divisões, é a Agenda 2030, que performa um conjunto de diretrizes e metas estabelecidas no âmbito da ONU formatada e aprovada por



seus países membros. A agenda propõe 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), e contemplam 169 metas, a serem cumpridas até o ano de 2030 (figura 1). A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2015).

**Figura 1:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Agenda 2030 / ONU (2015)

Nesse sentido, os propósitos estabelecidos nesta plataforma podem constituir um importante norteador para as proposituras de políticas públicas em prol da cidadania.

Segundo Belluzzo (2018), a Agenda 2030 destaca, dentre os principais compromissos, aquele que se apoia no pressuposto de que todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, raça, etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade.

Ao construir competências considera-se o contexto de aprendizagem, a implicação do sujeito na tomada de decisão, a resolução de situações problemáticas e o próprio processo de

acesso e uso da informação de forma inteligente para a construção de conhecimento e sua aplicação a uma realidade - a Competência em Informação (CoInfo) e midiática em interrelação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, nas três dimensões: a econômica, a social e a ambiental (BELLUZZO, 2018).

A competência informacional ou midiática se insere, assim, na fluência em tecnologias da informação e da comunicação, uma vez que se configura como instrumental importante para o paradigma da era da transformação digital que ora vivenciamos, para a formação da cidadania plena por parte dos indivíduos, e para a configuração de políticas e ações essenciais para a vida em sociedade.

### **2.3 Políticas Públicas**

As políticas públicas começaram a se destacar sob o status de ciência em meados do século XX. Na Europa, os estudos tinham por fim analisar e explicar o papel do Estado e de suas organizações na produção de políticas públicas. O advento do fortalecimento do Estado de bem-estar social (*welfare state*) foi o grande impulsionador da geração de políticas públicas, quando os países ocidentais se organizaram pra reestruturar a economia, devastada após a II Guerra Mundial, como forma de promover o desenvolvimento econômico e social, assumindo o Estado o papel de garantidor das relações sociais e promotor de incentivos. “Onde antes havia Estados vigilantes, Estados de lei e ordem, Estados militaristas e até mesmo órgãos repressivos de governos totalitários, passou-se a ter então instituições predominantemente preocupadas com a produção e a distribuição de bem-estar”. (ESPING-ANDERSEN, 1993, p. 17). Para tanto, valeu-se da elaboração sistemática de políticas públicas, como resposta efetiva às demandas sociais.

Já nos EUA, a área surgiu no mundo acadêmico, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, ficando a ênfase sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006). Ao longo da história, foram construídas diversas definições de políticas públicas que procuram abranger os seus variados aspectos.

Políticas públicas podem ser de três tipos, de acordo com Azevedo (2003 apud NORONHA, 2006): Políticas redistributivas, cujo objetivo é promover a diminuição da desigualdade social, beneficiando grandes grupos sociais; políticas distributivas, que atendem a demandas específicas de determinados grupos; e por fim, as políticas regulatórias, que regulamentam um setor determinado e criam normas para os funcionamentos dos serviços

públicos, incluindo os inseridos nas políticas redistributivas e distributivas.

Embora com abordagens diferentes, todas as definições apresentam a perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma de partes e que cada fator (indivíduos, instituições, ideologias e interesses), mesmo que com diferenças entre eles, conta para o desenvolvimento das políticas públicas. Nesse sentido, vale ressaltar que a essência das políticas públicas é o embate em torno de ideias e interesses, envolvendo poder público, outras instituições e grupos sociais.

Levando em conta que no sistema democrático, a opinião do público é fundamental para o desenvolvimento de propostas governamentais, o governo deve ser capaz de fornecer à população informações que garantam a transparência de seus gastos e investimentos, permitindo que as pessoas estejam a par de onde seu dinheiro está sendo investido, o que corrobora para o exercício da cidadania. Partindo de uma perspectiva social, as políticas públicas são feitas para as pessoas (AKUTSU; PINHO, 2002).

Observa-se que há uma discussão a respeito da transparência governamental, que recebeu maior importância devido ao desenvolvimento das indústrias de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Além disso, percebe-se que em vários países do mundo há criação de ferramentas que permitem a comunicação pública das informações de Estado ou de governos. Nessa perspectiva, quando bem utilizadas, as ferramentas de divulgação governamental possibilitam que qualquer cidadão tenha acesso ao detalhamento das políticas de Estado ou de governos utilizando a internet, hoje entendida como um dos instrumentos mais eficazes para assegurar uma democracia eficiente e transparente (AKUTSU; PINHO, 2002). Ainda, os próprios governos precisam criar infraestrutura de transmissão de informações, manter acesso regular aos cidadãos e conseguir mapear e analisar informações para que possam ser construídos indicadores que visem nortear o planejamento e o crescimento das comunidades, em níveis locais, regionais e globais, a partir de sua realidade.

As informações governamentais também são disseminadas por meio da mídia comercial e por meio de ferramentas de difusão da informação para as pessoas. O próprio cidadão pode compartilhar suas ideias e pensamentos por meio de sites, blogs, redes sociais e outras ferramentas criadas para dar visibilidade às pessoas na rede. As habilidades e capacidades relacionadas ao indivíduo possibilitam o desenvolvimento de padrões e indicadores que venham a nortear estudos e pesquisas.

Em consonância, como também destacou Belluzzo (2007, p.23), a questão central na

sociedade contemporânea, na era da transformação digital, não é mais apenas o acesso à informação, mas o uso da informação para fazer o quê? Como questionar essa informação onipresente? Isto porque saber questionar um estoque de informações requer previamente uma competência, existindo uma estreita especialização para que a troca de informações seja possível com a facilidade de acesso.

Assim, ao buscar uma teoria geral sobre políticas públicas, faz-se necessário entender as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade, destacando-se a transversalidade e a interdisciplinaridade dos preceitos que envolvem a competência em informação e midiática nesse cenário no Brasil.

## **2.4 Indicadores**

Na visão de Rua (2004), os indicadores são medidas que expressam ou quantificam um insumo, um resultado, uma característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou organização.

Já segundo Magalhães (2004), são abstrações ou parâmetros representativos, concisos, fáceis de interpretar e de serem obtidos, usados para ilustrar as características principais de determinado objeto de análise

Para o IBGE (2008), os indicadores são ferramentas constituídas de variáveis que, associadas a partir de diferentes configurações, expressam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem.

Na visão da OCDE (2002 apud MAGALHÃES 2004), por exemplo, um bom indicador deve apresentar as seguintes propriedades e elementos:

**Figura 2** – Elementos de um bom indicador

<b>Propriedade</b>	<b>Elementos</b>
<b>Relevância para a formulação de políticas</b>	Representatividade
	Simplicidade
	Sensibilidade a mudanças
	Possibilidade de comparações em nível internacional
	Escopo abrangente
	Disponibilidade de valores de referência
<b>Adequação à análise</b>	Fundamentação científica
	Base em padrões internacionais e consenso sobre a sua validade
	Aplicação em modelos econômicos, de previsão e em sistemas de informação
<b>Mensurabilidade</b>	Viabilidade em termos de tempo e recursos
	Documentação adequada
	Atualização periódica

Fonte: Adaptado de OCDE (2002 apud MAGALHÃES 2004)

Inicialmente, apresenta-se a reflexão sobre a questão: “Por que usar indicadores?” Considera-se que os avanços obtidos nos processos de coleta, organização e disseminação de dados e informações, viabilizados, entre outros aspectos, pela tecnologia da informação, permitem seu uso de forma muito mais estratégica e precisa e por muito mais organizações e pessoas, do que era possível há poucos anos atrás. Assim, pode-se dizer que os indicadores precisam estar presentes em todas as etapas de qualquer trabalho que se quer realizar, ou seja, desde a formulação e planejamento, até a implementação e gestão de programas e projetos de qualquer natureza. As informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisões, viabilizando maior efetividade nas atividades a serem desenvolvidas. O seu conceito envolve entendê-los como sendo variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental, com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno de interesse. Existe um volume de conceitos sobre indicadores, que pode ser considerado expressivo, porém, apresenta grande variação conceitual de autor para autor.

Em termos mundiais, a origem dos indicadores retroage aos anos 1940, com o relatório *Science: the endless frontier*, apresentado por Bush (1945), o qual serviu como subsídio para o estabelecimento de uma política científica e tecnológica nos Estados Unidos, estendendo-se posteriormente a outros países sob influência dos interesses dos EUA.

Outro conceito para os indicadores é apresentado pela *International Standardization for Organization* (ISO,1998) e que pode ser sintetizado como sendo a expressão numérica, simbólica ou verbal empregada para caracterização de atividades em termos quantitativos ou qualitativos, cujo objetivo é determinar seu valor.

No início dos Anos 2000, destaca-se que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2001) identificou como sendo indicadores uma série de dados definidos para responder a perguntas sobre um fenômeno ou um dado sistema.

Já a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP, 2002) considera que os indicadores devem ser entendidos como uma especificação quantitativa e qualitativa para medir o atingimento de um objetivo.

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) foi a primeira instituição que procurou gerar indicadores de Ciência e Tecnologia (C&T) para o país e iniciou a coleta desses indicadores a partir dos Anos de 1980. Mais recentemente, foram desenvolvidos os chamados indicadores de resultados, inicialmente limitados à produção científica e que, posteriormente, incorporam a produção de patentes e a transferência de tecnologia entre países. Entretanto, os indicadores de impacto na dimensão científica e tecnológica são os mais desenvolvidos (BRASIL, 2002).

Para Población e Oliveira (2006), no que se refere à geração de conhecimento científico, deve-se considerar os *inputs* e *outputs* envolvidos. Os primeiros constituem uma combinação dos fatores que viabilizam a produção de determinada quantidade de bens e serviços, dando origem aos segundos, respectivamente. Em decorrência, entendeu-se que esses dois aspectos constituem a base para a elaboração dos indicadores científicos.

Para Jannuzzi (2005), “no campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático” (JANNUZZI, 2005, p.138).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realidade social contemporânea demonstra que inúmeros cidadãos continuam a viver na pobreza e a eles é negada uma vida digna, além de haver crescentes desigualdades e disparidades de oportunidades, riqueza e poder, sendo a desigualdade de gênero um grande

desafio às nações, e onde o desemprego, particularmente entre os jovens, é ainda uma grande preocupação. Entretanto, vale lembrar que, por outro lado, visualiza-se um progresso de certa forma significativo no cumprimento de muitos desafios ao desenvolvimento, sendo fator preponderante a esperança de que a disseminação da informação e das TIC e a interconectividade global tragam consigo potencial para acelerar o progresso humano, para eliminar o fosso digital e para o desenvolvimento de sociedades do conhecimento, assim como a inovação científica e tecnológica em áreas diversas (BELLUZZO, 2018).

Daí a importância de se estabelecer políticas que apontem para o desenvolvimento mais igualitário e desenvolvimentista que proporcionem aos gestores públicos, por meio de indicadores, a correta visão e interpretação das informações que recebem, e sobre as quais desenvolvem suas ações.

Assim, a principal razão de se estabelecer indicadores como importantes ferramentas de gestão consiste em poder proporcionar a análise e interpretação das informações, obtidas por meio de pesquisas e levantamentos, comparando-as com os objetivos e metas que forem estabelecidos, com método e contexto.

Segundo o guia “Indicadores – Orientações Básicas Aplicadas à Gestão” (BRASIL, 2012), durante a concepção e monitoramento de uma política pública deve-se considerar que os tomadores de decisão em nível estratégico possuem um conhecimento majoritariamente generalista e o tempo é um recurso muito escasso. Afirma, ainda, que a sintetização das análises feitas em indicadores simples, de fácil compreensão e aceitação, é fundamental para agilizar o processo de validação e pactuação necessário.

Assim, desenvolver a competência de análise crítica das informações pode ser determinante para o bom andamento das ações governamentais, e permite considerar também outros parâmetros julgados relevantes, sua correlação e interação com demais informações, de forma a verificar o alcance dos mesmos e identificar as necessidades de direcionamentos e redirecionamentos.

Para além da importância de desenvolvimento de competências para quem formula políticas públicas, há que se ressaltar, com igual importância, a capacidade de compreensão e absorção por parte dos destinatários destas políticas, beneficiários diretos e indiretos, como forma de reconhecer e validar as ações desenvolvidas, dando sentido ao investimento proposto. E, neste ponto, as TIC são peças fundamentais para a obtenção do engajamento esperado.

Na visão de Belluzzo (2018), as políticas públicas deveriam ser criadas para distribuir, de



forma igualitária, os recursos de caráter individual e social. Elas seriam a garantia da qualidade de vida, uma vida desenvolvida de maneira agradável e digna.

Conforma-se assim a importância de desenvolver as competências para a obtenção e tratamento de informações, em especial a CoInfo e a competência midiática, uma vez que o advento da transformação digital estabeleceu nova dinâmica e velocidade no tráfego informacional.

#### 4 REFERÊNCIAS

- AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n.5, p.723-45, set./out. 2002.
- BELLUZZO, R. C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.
- BELLUZZO, R.C.B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Folha de Rostto**, Fortaleza, v.4, n. 1, p. 15-24, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/289>. Acesso em: 02 dez. 2019.
- BELLUZZO, R. C. B. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros** / Regina Célia Baptista Belluzzo. – São Paulo: ABECIN Editora, 2018.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. CNPq. **Censos**. 2002. Disponível em: <<http://plsq11.cnpq.br/censos/perguntas/perguntas.htm>>. Acesso em: 02 dez.2019.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Indicadores: orientações básicas aplicadas à gestão pública**. Brasília: MP, 2012.
- BUSH, V. **Science: the endless frontier**. Disponível em: <<https://www.nsf.gov/od/lpa/nsf50/vbush1945.htm>>. Acesso em: 02 dez.2019.
- CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.3, p.28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 02 dez.2019.
- CASARIN, H. de C. S. Competência informacional e midiática e a formação de professores de ensino fundamental: um relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 301-321, jan./jul. 2017.
- CASE, D. O. **Looking for information: a survey of research on information seeking, needs and behavior**. 3.ed. Bingley: Emerald Group Publishing, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- COLE, C. **Information need: a theory connecting information search to knowledge formation**. Medford: Information Today, 2012.
- DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/123/104>. Acesso em: 02 dez. 2018.

DUDZIAK, E. A. Políticas de competência em informação: leitura sobre os primórdios e a visão dos pioneiros da information literacy. **Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática** / Fernanda Maria Melo Alves, Elisa Cristina Delfini Corrêa, Elaine Rosangela de Oliveira Lucas, organização; José Antonio Moreiro-González, prefácio. Salvador: EDUFBA, 2016.

ESPING-ANDERSEN, G. **Los tres mundos del Estado del bienestar**. Valencia: Edicions Alfons el Magnànim, 1993.

FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina, Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação**, v.9, n.1, p. 1-16, junho 2015.

FINEP. **Termos e conceitos**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/biblioteca/glossario>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

HUNT, E. Intelligence as an information processing concept. **British Journal of Psychology**, v. 71, p. 449-474, 1980.

IBGE. **Síntese dos indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

ISO. ISO 11620:1998(F). **Information and Documentation: indicateurs de performance des bibliothèques**. Genebra: ISO, 1998.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, abr/jun, 2005.

JENKINS, H. **Una cultura de la convergencia**. Barcelona: Paidós, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

MAGALHÃES, M. T. Q. **Metodologia para desenvolvimento de sistemas de indicadores: uma aplicação no planejamento e gestão da política nacional de transportes**. (Dissertação Mestrado). Brasília: UnB, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NORONHA, A. E. Conceitos básicos em políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v.2, n.2, p 74-86, maio-ago/2006. Acesso em: 10 jun. 2018. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewFile/45/39>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

OCDE. **Glossary of statistical terms**. Genebra: OCDE, 2001. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/glossary/>>. Acesso em: 02 dez.2019.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Acelerando as transformações para a Agenda 2030 no Brasil**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br>>. Acesso em: 02 dez. 2019

POBLACIÓN, D. A.; OLIVEIRA, M. de. Input e output: insumos para o desenvolvimento da pesquisa. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G. P.; SILVA, J. F. M. da. **Comunicação & produção científica**: contexto, indicadores e avaliação. São Paulo: Angellara, 2006.

RUA, M. G. **Desmistificando o problema**: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Brasília: ENAP, 2004.

SANTOS, M. A força do lugar. In: **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Coleção Milton Santos. 4. ed. São Paulo, SP: Edusp, Ed. da Univ. de São Paulo, 2009. p. 212–231. Disponível em: <[http://files.leadit-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton\\_Santos\\_A\\_Natureza\\_do\\_Espaco.pdf](http://files.leadit-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SILVA, R. C. ; OTTONICAR, S. I.C.; YAFUSHI, C.A.P. A competência em informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP v.15 n.3 p.604-628 set./dez. 2017 Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/8649535-29571-2-PB.pdf. Acesso em: 02 dez.2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

VALENTIM, M. L. P.; JORGE, C. F. B.; CERETTA-SORIA, M. G. Contribuição da competência em informação para os processos de gestão da informação e do conhecimento. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.208-230, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/48642/32122>>. Acesso em: 02 dez.2019.